
EDITORIAL

Não é novidade para ninguém que a educação é um fato político e, na atual conjuntura do país, se manifesta na necessidade que nosso povo tem de efetivamente desfrutar do direito de entrar na escola e aí apropriar-se de conhecimentos e saberes que lhe serão úteis para a melhoria da sua vida material e para a sua participação cultural e política na sociedade.

Esta é a competência que requer da escola.

Sem consultar esses interesses, de nada adiantam, a meu ver, discussões sobre currículos, cargas horárias e disciplinas nos cursos de formação, as quais são importantes deste que referidas a eles.

A participação dos educadores intelectuais e professores nesse processo há também que ser comprometida com aqueles interesses ou repetir formas de atuação autoritárias, que estamos cansados de denunciar.

Ou então, o que é um risco comum entre os intelectuais e acadêmicos, poderá prender – se a padrões elitistas de uma qualidade que, afinal de contas, nunca foi boa para o conjunto da população, já que fracasso e as evasões da escola são tão antigas quanto o nosso sistema de ensino e ninguém têm dúvidas acerca dos segmentos sociais que eles sempre penalizaram.

Se hoje os que fracassam são tantos, a ponto de comprometerem a qualidade do sistema como um todo, isso é um mal contraditoriamente esse ensino e, o seu elemento fundamental, ou seja o professor de carne e osso, talvez a única coisa importante que se pode desvelar sob a palavra magistério.

{Trecho extraído da obra Educação escolar: paixão, pensamento e prática de Guinomar Namo de Mello. Cortez, Autores Associados São Paulo, 1986. p.69-70}